



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002742-95.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Luciano de Oliveira e outros**
 Requerido: **João Luis de Oliveira**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos

Os requerentes Luciano de Oliveira, Luiz Fernando de Oliveira e Cristiano de Oliveira e Maria Aparecida Gonçalves, ajuizaram o pedido de alvará judicial para levantamento do resíduo de benefício (aposentadoria) em razão do falecimento de João Luis de Oliveira, falecido em 28 de janeiro de 2013, assim como de saldos bancários em nome do mesmo.

Após diligências, verificou-se que o único valor existente em nome do falecido, refere-se ao saldo de benefício, no valor de R\$43,80 (fls. 22).

É o Relatório. DECIDO.

O chamado *alvará independente*, assim entendido aquele que dispensa, para ser expedido, de processo de inventário ou de arrolamento em curso, somente tem cabimento para o pagamento dos valores previstos na Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, nos exatos termos do art. 1.037 do Código de Processo Civil.

Esses valores estão discriminados no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

85.845, de 26 de março de 1981, que regulamentou a Lei nº 6.858/80, e são os seguintes:

a) quantias devidas a qualquer título pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego; *b)* quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores; *c)* saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS/PASEP; *d)* restituições relativas ao imposto de renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas; e *e)* saldos de contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.

Mesmo em se tratando de pedido de levantamento de valores provenientes de benefício previdenciário, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo já se manifestou pelo deferimento do pedido: Alvará - Resíduo de Benefício Previdenciário - Viúva que se apresenta como a única dependente do "de cujus" - Possibilidade - Inteligência do art. 16, inc. I, da Lei nº 8.213/91. Ademais, aplicação analógica das disposições da Lei nº. 6858/80. Decisão reformada. Recurso Provido. (APL 994092768384 SP, Relator(a): Egídio Giacoia, Julgamento: 23/03/2010, Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado).

Logo, também para o levantamento dos valores provenientes de benefício previdenciário basta a parte autora comprovar a sua qualidade de dependente do falecido.

No caso concreto, o ofício de fl. 24, informa que foi concedida pensão por morte à requerente, Sra. Maria Aparecida Gonçalves.

Como se vê, a pretensão dos autores está amparada na Lei nº 6.858/80 e no art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 85.845/81.

Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, **julgo procedente o**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pedido, para o fim de determinar a expedição de alvará que autorize a pessoa de MARIA APARECIDA GONÇALVES, a proceder ao levantamento do valor remanescente do benefício previdenciário em nome do *de cujus* João Luis de Oliveira (fls. 22), junto ao INSS.

Conseqüentemente, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, expeça-se o alvará.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**